

## Acta nº 12

Aos 2 de Outubro de 1987, pelas 21 horas,  
reuniu a Assembleia Municipal de  
Alvão do Chão, no Salão Nobre dos Picos  
do Concelho, com a seguinte ordem de trâ-  
balhos:

- 1 - Eleição do 1º Secretário da Mesa da  
Assembleia
- 2 - Faltas de comparecência dos deputados  
- sua substituição
- 3 - Informação do Senhor Presidente  
da Câmara acerca da actividade munici-  
pal
- 4 - Apreciação e votação do Regula-  
mento da Utilização do Pavilhão Desportivo

5 - Apreciação e votação do Regulamento de Actividades de Comércio a Retalho em Feiras e Mercados

6 - Seguro de acidentes pessoais dos deputados - Art. 17º da Lei 29/87 de 30/6/87.

Na falta do 1º Secretário foi convocado o deputado sr. Francisco Soares, que aceitou.

Ao iniciar a sessão, o Presidente da Mesa pôs a consideração do plenário a necessidade de se ultrapassar a falta da acta de 24/4/87, que, na posse do 1º Secretário e por sucessivas faltas deste às sessões, ainda não tinha sido aprovada.

Passou a ler um relato resumido do que se passou naquela sessão, sugerindo que este fosse aprovado e transcreto no Livro de Actas.

O deputado José Afonso perguntou se a Mesa já tinha feito algumas diligências junto do sr. António Matias, 1º Secretário.

O Presidente da Mesa informou que já se havia telefonado, escrito e deslocado uma viatura da Câmara a Nunfarte, tendo como resultado, a devolução do Livro das Actas, mas da acta de 24/4 nada se obteve.

O deputado Fernando Soares foi da opinião que se deve ultrapassar esta falta de forma muito, mas tendo-se o cuidado de que, mais tarde, a tal acta venha a aparecer, a contraria-

a que se vai agora aprovar.

O deputado José Eduardo disse que se este resumo contém todos os assuntos daquela sessão, deve-se aprovar para ultrapassar o assunto.

O Presidente da Mesa declarou que se a Assembleia aprovar a acta, já nada a pode contrariar, porque fica legalizada pelo plenário.

Posta à votação, foi a acta do 24/4/87 aprovada por 12 votos com 4 abstenções.

De seguida, passou-se a ler a acta de 26 de junho anterior, que foi aprovada por 14 votos e 2 abstenções.

Foi lida a correspondência recebida e expedida pela Mesa.

Recebidas na Mesa 2 propostas e 1 moção, passou-se à discussão. A n.º 1, apresentada pela deputada Dr.ª Fabíola Freitas Martins e pedindo deligências para se alargar a distribuição de correio, foi aprovada por unanimidade. A proposta n.º 2, dos eleitos do PCP para a criação dumha Comissão Toponímica para a Vila de Alreia do Chão.

O Presidente da Câmara informou que, pela lei 500/84, compete à Câmara a criação ou alteração de nomes das ruas.

O Presidente da Mesa disse que, em Sora seja a Câmara a deliberar sobre a toponímia, nada impede que a Assembleia se pronuncie em apoio às

decisões a tomar pela vereação, pelo que concorda com a aprovação da proposta.

O deputado José Casita acha que não tem cabimento a proposta, pois a Câmara é que decide e não deve a Assembleia criare uma Comissão, para não ter qualquer força.

O deputado Fernando Soares concordou com a proposta, pois que, estando a Comissão criada, ficamos aptos a responder a qualquer solicitação que a Câmara possa fazer.

Passando-se à votação contando 43 votos a favor, 2 contra e 1 abstenção.

O deputado José Eduardo fez declarar do seu voto contra, por considerar que a Comissão não tem razão de existir.

O deputado José Afonso disse esperar que a Comissão que sair daqui, não deixe ficar mal a Assembleia.

O Presidente da Mesa disse que a Comissão deverá ter um elemento de cada bancada partidária, tendo o deputado Fernando Soares declarado encontrá-lo disponível para integrar a Comissão.

Dada a moção apresentada pelos eleitos do PCP e de homenagem de louvor à funcionária da Câmara Municipal D. Maria Conestina Machado Albuquerque, recentemente apos-

Sentada.

Posta a votação, foi a moção apresentada por unanimidade.

Sugerido pelo deputado Fernando Soares de que fosse retirado o 1º ponto da ordem de trabalhos para nova reunião, foi aprovada por unanimidade, pelo que a eleição do 1º Secretário se terá de fazer na próxima sessão da Assembleia.

O Presidente da Mesa informou que, pelo Regimento, as faltas das deputados Antônio Matias e Bernardo Rodrigues de Souza apontam para a sua eliminação, pelo que, no cumprimento do mesmo Regimento, pôr-lhe o encerramento à votação da Assembleia, que veio a votar por unanimidade a substituição daqueles deputados.

Vão ser convocados os substitutos na sequência das listas partidárias.

No ponto de informação do Presidente da Câmara, que falou sobre o fato de a água não ter faltado neste Reino, apesar de serem detectados alguns abusos da população, que vagueava.

Informou que o edifício das Finanças está pronto a inaugurar.

Que o Mercado de Seda também está quase pronto.

No caso do Centro de Dia da Changa, foi deliberado abrir concurso, pelo fato de falta de poderes não permitir

a administração directa.

Falou no jardim de Infância da União das Freguesias e da Casa Municipália da Changa.

A estrada Alverca / Aleia da Mata está atraçada, mas a estrada para Monte Redondo deverá estar pronta ainda em Janeiro.

Disse que a projectada estrada Chancelaria / Pontalegre deverá beneficiar os agricultores de Alverca.

Anunciou que está em curso a construção de 15 garagens situadas no Bairro Novo e que o Cine-Teatro irá ser comegado em breve a construir. Que a Câmara comprou por 700 contos uma casa junto ao parque de máquinas; que só encorria 2 alunos às bolsas de estudo; que os transportes para Pontalegre melhoraram; que o Ensino Técnico está a funcionar; que foi decidido não aumentar a ; que os concursos para funcionários da Câmara seriam a 6 de Novembro; que foi deliberado comprar uma ambulância para os Bombeiros de Alverca.

O deputado Moisés perguntou se tinha havido algum problema com os proprietários das terras por onde passa a estrada de Monte Redondo, Vendo. Ele não respondeu que não.

Ainda o deputado Moisés perguntou se o Matadouro da Changa vai abrir e informou que a água fal-

Tor em discussão.

O deputado José Afonso falou sobre a mendicidade abusiva das pessoas do ALBA. Perguntou pelas instalações dos vereadores; como vai ser o concurso para os funcionários municipais; para quando o certame de membro da Assembleia e para quando a homenagem ao Prof. Joaquim Nascimento.

O Presidente respondeu estar a Câmara atenta a todos os problemas e diligenciando a sua resolução.

Entendendo-se no ponto sobre o Regulamento do Pavilhão Gimno-Sportivo, o Presidente da Mesa disse considerá-lo uma marca do reitor Elias pouco explícito, mas contamente servindo os fins em vista.

O deputado José Afonso ficou satisfeito pela utilização do pavilhão e achou que o Ministério da Educação deveria contribuir para a sua construção.

Posto o Regulamento à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

O 5º ponto - Regulamento da Mesa - após discutido, foi aprovado por unanimidade.

Ponto 6 - Seguros de Acidentes Pessoais dos Deputados - o Presidente da Mesa, ao apresentar este ponto, fez referência que o mesmo se destinava a cumprir a Lei 29/87, no seu artigo

17º e que, no interesse do Município, o mesmo deveria ser apnado, pois, em caso de acidente dos deputados ao serviço da autarquia, esta seria responsabilizada pela indemnização que poderia ser de grande monta.

A semelhança do que foi indicado para cada vereador, os deputados deveriam ser segurados em 5000 contos.

Após intervenções do Presidente da Câmara, confirmando a necessidade daquele seguro, foi o assento posto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

E não havendo mais assentos a tratar, foi a sessão encerrada da qual se passou a presente acta.

F. Mauh. h.  
Fernand M. h.